

PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA E O FORNECIMENTO À ALIMENTAÇÃO INSTITUCIONAL: A EXPERIÊNCIA DO ASSENTAMENTO MILTON SANTOS, AMERICANA, SP

José Simões Nunes¹
Robert Macedo²
Caroline Maria Florido³
Luciana Henrique da Silva⁴

Resumo

O objetivo deste trabalho foi analisar a percepção das famílias do Assentamento Milton Santos Sobre as Políticas Públicas, vigente pela Lei Nº. 11 947/2009 - PNAE e pelo [decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012](#) - PNAPO. O Milton Santos é um Assentamento da Reforma Agrária instituída em 2006. É considerado exemplo de um Assentamento produtivo desde 2008. Produz alimentos sem o uso de insumos químicos e fornece alimentos saudáveis para as entidades filantrópicas que atendem a mais de 10 mil pessoas em 5 municípios da região, fornecendo mais de 40 variedades de alimentos através do Programa de Aquisição de Alimento - PAA, além de fornecer alimentos também para municípios da região através do PNAE. Nossas perguntas orientadoras foram: Que tipo de conhecimento os assentados possuem destas políticas públicas? Qual e a visão dos assentados sobre os alimentos que eles consomem e fornecem para a alimentação escolar? Como avaliar a importância das políticas para os assentados, identificando os pontos positivos e negativos? Como identificar as dificuldades dos assentados para acessar as políticas públicas? O levantamento das informações baseou-se em entrevistas com 73% das famílias do Assentamento. A agroecologia vem sendo discutida no Assentamento como uma opção ao agronegócio, como resistência ao modelo de monocultura desenvolvida pela Usina Sucroalcooleira vizinha. Com os resultados das entrevistas, observou-se que os agricultores não se identificam como sendo agroecológicos, mas sim orgânicos. A produção orgânica é prejudicada porque sofrem os efeitos das pulverizações com agrotóxicos e insumos químicos nas monoculturas de cana de açúcar e da soja adjacentes ao Assentamento. A Agroecologia está presente no Assentamento e contribui para a sustentabilidade dos Agricultores.

Palavras chave: Agricultores Familiares, Reforma Agraria, Agroecologia, Politica Publica.

1. INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é de grande importância para o Brasil, sendo responsável pela produção de 70% dos alimentos do País. Segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário – MDA (2013) houve um crescimento de 52% nos últimos 10 anos, responsável por 4,3 milhões de unidades produtivas e representando 84% dos estabelecimentos rurais do país, com 33% do Produto Interno Bruto (PIB) Agropecuário. Empregando 74% da mão de obra no campo brasileiro, a agricultura familiar é tratada pelo do governo como um setor estratégico para o

¹ Mestrando em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – UFFS. simoesjn@hotmail.com

² Prof. Dr. Robert Macedo DNAP-IZ-UFRRJ. robertmacedo1@yahoo.com.br

³ Mest. Do grupo de Estudos História, Educação e Sociedade da Faculdade de Educação da UNICAMP HISTEDBR. farolemar@yahoo.com.br

⁴ Pós doutoranda na UNICAMP

país, porém falta muito para que as ações que estão previstas cheguem até o campo e se tornem realidade.

Com relação a agricultura familiar com Agroecologia retoma um modo de vida sustentável, trabalha o seu sistema de forma integrada, cultivando produtos saudáveis com menor impacto aos recursos naturais (solo/água/ar). A Agroecologia vem como uma opção ao agronegócio, que caracteriza-se pela sua produção com danos ambientais e dependência econômica externa. Assim, reproduzindo um sistema altamente dependente de insumos externos, produção em larga escala altamente mecanizada, criando dependência aos agricultores e danos na saúde de quem trabalha na terra e de quem consome os alimentos produzidos.

Com a organização dos movimentos de trabalhadores no Brasil, a classe trabalhadora do campo mesmo com a expansão do capital no campo, as políticas públicas, a industrialização do campo, o êxodo rural do povo do campo causando ocupação desenfreada nas grandes cidades, favelização com pobreza e miséria só aumentando os problemas sociais nas cidades brasileiras; com tudo isso ainda resiste uma pequena parcela de sobreviventes no campo que hoje são reconhecidos pelo governo federal do Brasil, através da lei Nº 11.326, de 24 de Julho de 2006, como agricultores familiares.

A distribuição de terras para reforma agrária tem sido muito debatida e criticada ao longo dos anos. Porém, independente da região do país, os Projetos de Assentamentos conhecidos como PA, foram instalados em sua grande maioria em solos de baixa fertilidade natural ou exauridos pelo uso de longo prazo de monocultura sob manejo extrativista. Este fato, associado à falta de capital de investimento, capacitação técnica, infraestrutura, deficiências no escoamento da produção e assistência técnica têm levado os agricultores familiares a margem do mercado consumidor e ao exercício da cidadania. Com a adoção de técnicas agroecológicas os agricultores familiares possuem ferramentas de curto, médio e longo prazo para transformar o modelo fundiário em uma propriedade produtiva e diversificada, auxiliada pelas políticas públicas voltadas à segurança alimentar e comércio justo.

Ao longo das últimas duas décadas, a política fundiária no Brasil passou por várias transformações e adaptações pela busca da democratização do uso da terra. Sendo assim, várias políticas públicas têm sido propostas pelo governo federal, como exemplo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF⁵ criado no ano de 2006.

⁵ Criado durante o Governo do Fernando Henrique Cardoso, para mais informações ver: <http://portal.mda.gov.br/portal/saf/programas/pronaf>

Podemos também destacar o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária-PRONERA criado em 1997, o Programa Nacional de Aquisição de Alimentos – PAA criado em 2003, a adequação da lei de abastecimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE instituída em 2009, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO criado em 2012.

A busca pela almejada segurança alimentar e comércio justo demonstra a importância para os consumidores e produtores. Assim, a ciência da Agroecologia vem contribuindo no debate e na conscientização dos agricultores familiares para produzir alimentos saudáveis sem o uso de insumos químicos, com respeito aos recursos naturais e a legislação brasileira.

O debate sobre a relação entre agricultura familiar e a Agroecologia tem levado a mudanças, adaptações e modificações na legislação nos últimos anos no Brasil, e consecutivamente nas políticas públicas, com destaque para a Lei Nº. 11 947 de 2009, que regulamenta o PNAE. Esta regulamentação prevê a destinação de no mínimo de 30% do orçamento das escolas, tanto municipais como estaduais para a compra de alimentos produzidos através da agricultura familiar local ou regional.

Já o PNAPO foi criado através do Decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, para regularizar a produção sem o uso de agrotóxicos, reforçando a importância na alimentação e nutrição das famílias em busca da segurança alimentar e saúde. Essa política foi lançada em resposta ao Encontro dos Povos do Campo e da Floresta realizado em Brasília entre os dias 20 a 22 de agosto de 2012, quando reuniu aproximadamente de 20 mil pessoas no evento, com a participação de diversos movimentos sociais do campo para debater os problemas dos povos camponeses.

2. OBJETIVO GERAL:

Realizar um levantamento para analisar a percepção das famílias do Assentamento Milton Santos sobre as políticas públicas para a agricultura familiar, vigente pela Lei Nº. 11 947/2009 que regulamenta o PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE) e a Agroecologia no Assentamento.

2.1- Objetivos específicos:

- Verificar que tipo de conhecimento os assentados tem sobre as políticas públicas;
- Identificar qual é a visão dos assentados sobre os alimentos que eles consomem e fornecem para a alimentação escolar;
- Identificar quais seriam as dificuldades dos assentados para acessar as políticas

públicas;

3. Agroecologia

Para Ana Primavesi (1997), surgiram vários modelos de agricultura alternativa como Agricultura Ecológica, Agricultura Natural, Agricultura Orgânica, Permacultura, etc, nos quais são usados métodos que dispensam o uso de insumos químicos e práticas conservacionistas do solo, flora e fauna. Sob a ótica jurídica, todas as agriculturas alternativas citadas a cima estão submetidas a lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003, produção orgânico do MAPA.

A Agroecologia vem sendo desenvolvida no Brasil com mais visibilidade a partir da década de 1970. No início, conhecida como Agricultura Alternativa (AA), teve grande contribuição a Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil – FAEAB, e a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil – FEAB. Estas organizações organizaram quatro grandes encontros nacionais, conhecidos como Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA) respectivamente: Curitiba, 1981; Rio de Janeiro, 1984; Cuiabá, 1987 e Porto Alegre, 1989. (Jesus, 2005). Este debate aumenta quando é pautado pelos movimentos sociais no final da década de 90, se transforma em uma bandeira de luta na última década, (GUBER & TONÁ, 2012).

Para Gliessman (2005), a Agroecologia vem de duas ciências, a ecologia e a agronomia. Enquanto a ecologia se preocupou em estudar os sistemas naturais, a agronomia tratou da aplicação de métodos científicos na prática da agricultura que conhecemos como agricultura convencional. Os primeiros registros da Agroecologia são da década de 1920, com o desenvolvimento do campo da ecologia, já em 1930 os “ecologistas propuseram o termo Agroecologia como ecologia aplicada à agricultura”. Depois disso os pesquisadores deixaram a Agroecologia aplicada para os agrônomos, onde o termo ficou esquecido, voltando a aparecer no final da década de 1950 com algumas pesquisas com o nome de ecologia agrícola.

Mas, foi em 1974, no I Congresso Internacional de Ecologia, realizado em Haia (Holanda) onde vários pesquisadores publicaram em um simpósio a consolidação entre a pesquisa agroecológica e a promoção da agricultura sustentável. Para Gliessman (2005), a Agroecologia pode levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável. A Agroecologia junto com outras vertentes de agriculturas ecológicas traz como proposta um novo modelo de produção. Para Altieri (2004), trata-se de uma nova abordagem que integra os princípios agrônômicos, ecológicos e socioeconômicos à compreensão e avaliação do efeito das tecnologias sobre os sistemas agrícolas e na sociedade como um todo. Discute-se a

Agroecologia com agroecossistemas integrados, como uma visão unidimensional incluindo temas como produção ecológica, social e cultural.

O conceito de agroecossistema proporciona uma estrutura, com a qual podemos analisar os sistemas de produção de alimentos como um todo, incluindo seus conjuntos complexos de insumos e produção, e nas interconexões entre as partes que o compõem. Sendo assim, um ecossistema pode ser definido como um organismo vivo e seu ambiente, delimitado por fronteiras escolhidas arbitrariamente, no espaço e no tempo, tendem a manter um equilíbrio dinâmico, porém estável (GLIESSMAN, 2005).

Segundo Canuto (2011), a Agroecologia é entendida como ciência, prática e movimento social, defendendo a ideia que a Agroecologia não é somente um modelo de produção, mais uma filosofia de vida que demanda uma interação entre os seres vivos, homem e ambiente, totalmente diferente do modelo da agricultura convencional.

A Agroecologia para Caporal et al (2011), vem se constituindo como ciência basilar de um novo paradigma de desenvolvimento rural, que tem sido construído ao longo das últimas décadas. A Agroecologia se apresenta como uma matriz disciplinar integradora, totalizante, holística, capaz de apreender e aplicar conhecimentos gerados em diferentes disciplinas científicas. Defendendo a ideia de um modelo em transição da agricultura convencional para uma agricultura sustentável, chamada de conversão ou transição Agroecológica. Vista como ciência integradora a Agroecologia agrega os saberes, conhecimentos e experiências dos camponeses, incorporando o potencial endógeno, isto é, presente no “local”. O conhecimento local é fundamental para os fatores socioculturais e agroecossistêmicos que constituem as bases estratégicas de qualquer iniciativa de desenvolvimento rural sustentável.

Para Borsatto (2011), a “Agroecologia busca romper radicalmente com o modelo de relações sociais impostas pelo agronegócio e propõe uma nova estratégia de desenvolvimento, já que esse modelo, ontologicamente leva a exclusão e pauperização de grande parte dos agricultores”. Neste sentido, não existe outra saída para os camponeses se não for à Agroecologia, como um modelo alternativo.

No referencial predominante de agricultura atual os agricultores não têm o domínio da sua produção, eles dependem de um oligopólio de algumas empresas para fornecer os insumos agrícolas, onde os preços desses insumos são baseados no valor que as empresas querem vender e receber. Após a colheita eles estão submetidos aos preços de menos de 10 empresas, as quais são responsáveis pela compra da sua produção, que paga o preço conveniente para elas. Ou seja, o agricultor além do alto risco do seu negócio não tem o controle do seu produto.

Para Borsatto (2011), a Agroecologia traz maior independência para os agricultores por utilizar os insumos autóctones, diversidade biológica, desenvolvimento endógeno e trabalhando com os circuitos de comercialização. Assim, através da Agroecologia é possível trazer benefícios para os agricultores, que além de produzirem para a subsistência e ainda, fomentam a economia local. Segundo Gliessman (2005), a Agroecologia tem três componentes básicos para a sustentabilidade: fundamentação em princípios ecológicos, viabilidade econômica e equidade social. Com isso a sociedade consegue ter uma sustentabilidade e conseguiremos continuar nos alimentando e vivendo em harmonia com o ambiente e os seres vivos. Corroborado pelo Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA.

Neste sentido a Agroecologia se torna um movimento de luta contra o agronegócio. O MPA trabalha com a Agroecologia para a soberania alimentar dos povos, priorizando o saber popular, resgatando as sementes crioulas, hábitos e cultura local, fazendo uma Agroecologia que envolve o povo do campo e da cidade, os produtores e consumidores, preservando o ambiente e dando mais vida às nossas futuras gerações.

Contudo, a Agroecologia hoje vem sendo usada como um nicho de mercado junto com os produtos orgânicos, que são oferecidos em feiras orgânicas e grandes redes de supermercados por preços exorbitantes. Isso demonstra que a Agroecologia está sendo vista com olhos da especulação, uma cultura de produção para comércio, desconsiderando o valor político, social e ambiental que ela tem. Se os agricultores seguirem este princípio de produção para o mercado, eles estarão reproduzindo um sistema de produção com substituição de insumos, porém com os mesmos objetivos do Agronegócio e sem o conhecimento Agroecológicos.

4. Políticas Públicas para a Agricultura Familiar.

Segundo o Moreira (1999), as políticas públicas para a agricultura familiar estão voltadas para subsidiar créditos para os agricultores, com intuito de disseminar pacotes tecnológicos, que resultam num superdimensionamento da utilização de máquinas e equipamentos agrícolas com cada vez mais potência, causando vários problemas no campo; o desemprego rural, o êxodo rural e a favelização das áreas rurais e urbanas. E ainda, o uso desenfreado de agrotóxicos causou e ainda causa várias mortes. A aceleração da degradação do solo, assoreamento dos rios, contaminação da água, de animais, a destruição da floresta, entre outros aspectos que poluem e destroem o ambiente.

Mas, de acordo com a visão da ANA (2011), as políticas públicas sistematicamente desvirtuam as propostas calcadas nas experiências populares, colocando as cooperativas e

iniciativas da agricultura familiar na lógica da competição de mercado e em patamar desigual em relação às corporações. Tal qual ocorre nas áreas de geração de energia elétrica, segurança alimentar, ciência e tecnologia ou mesmo da economia solidária.

Com o acirramento da luta no campo causando várias mortes de camponeses. Assim foi possível, o surgimento de linhas de créditos específicos e políticas de educação para campo, através do PRONERA, o PRONAF, PAA, PNAE, o crédito para moradia, PNAPO, Assistência Técnica, Social e Ambiental - ATES, Assistência Técnica e Extensão Rural - ATER, entre outras conquistas.

Mas no campo da disputa e da permanência na terra, apesar dos avanços em políticas públicas dos últimos anos, observa-se uma diminuição das conquistas e assim, aumentando o empobrecimento no campo, causando um esvaziamento e êxodo rural. Mesmo com os investimentos sendo inferiores para agricultura familiar a produção de alimentos oriunda deste setor é superior a 70%, contribuindo para a economia nacional. Diferentemente do Agronegócio, que produz para exportação (commodities), gerando lucro para as multinacionais e para a oligarquia rural. Portanto o empobrecimento no campo é uma decisão política. Observamos que o governo federal faz muito investimento no campo, porém com o objetivo de fomentar o agronegócio.

4.1 A Agroecologia nas Políticas Públicas voltadas para a agricultura familiar

De acordo com o Decreto Lei, fica instituída, a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PNAPO, com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base Agroecológica. Contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

Parágrafo único. A PNAPO será implementada pela União em regime de cooperação com Estados, Distrito Federal e Municípios, organizações da sociedade civil e outras entidades privadas.

Art. 2º Para fins deste Decreto entende-se por:

I - produtos da sociobiodiversidade - bens e serviços gerados a partir de recursos da biodiversidade, destinados à formação de cadeias produtivas de interesse dos beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, que promovam a manutenção e valorização de suas práticas e saberes, e assegurem os direitos decorrentes, para gerar renda e melhorar sua qualidade de vida e de seu ambiente (Brasil, 2012).

Esta política vem para suprir uma necessidade de reconhecimento dos camponeses sobre o seu modo de produção, mas cria alguns impasses, pois mesmo com a lei os agricultores têm que passar por um processo de certificação. Com estas características colocam a Agroecologia em uma lógica de mercadoria, onde a valorização dos produtos é alta, criando uma exclusão do público consumidor que tem um poder aquisitivo menor. Aos trabalhadores só restam os produtos de origem transgênicas ou convencional, produzidos com agroquímicos, produtos de má qualidade e procedência duvidosa, sem prever o que pode acontecer futuramente com a sua saúde.

A política tem o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações da produção agroecológica e orgânica. Esta política tem como diretrizes a promoção da soberania alimentar com segurança alimentar e nutricional. Uso sustentável dos recursos naturais, a conservação dos ecossistemas e recomposição dos ecossistemas modificados, a valorização da agrobiodiversidade, dos produtos da sociobiodiversidade, estímulo às experiências locais, além das questões da participação da juventude e da redução das desigualdades de gênero. (MPA, 2012)

Os movimentos sociais insatisfeitos com a PNAPo, com a negação da participação da sociedade civil na criação da comissão e não do conselho. A essência da Agroecologia não está no lucro e sim no significado político e ideológico. Desta forma, devemos praticar estudar e capacitar em Agroecologia para obter alimentos saudáveis e acessíveis.

Para implementar a PNAPo o Governo Federal criou o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO. Com o objetivo de articular e implementar programas e ações indutoras da transição Agroecológica, da produção orgânica e da base Agroecológica, como contribuição para o desenvolvimento sustentável, possibilitando a população melhoria na qualidade de vida por meio da oferta e consumo de alimentos saudáveis com o uso sustentável dos recursos naturais” (MDA, 2013)

Tabela 1 - Valores destinados a PLANAPO no período de 2013 a 2015.

Ações do PLANAPO	Valores previstos
Créditos de custeio e investimentos no Pronaf e Programa ABC	R\$ 6,5 bilhões
Implantação de tecnologias sociais de acesso à água de produção	R\$ 600 milhões
Fortalecimento de Redes de Agroecologia, agroextrativismo e produção orgânica.	R\$ 100 milhões
Fortalecimento da estruturação produtiva de mulheres rurais	R\$ 8,4 milhões
Fortalecimento de programa de inclusão produtiva rural para jovens rurais	R\$ 15 milhões
Aquisição e distribuição de recursos genéticos vegetais e animais, entre eles sementes crioulas, variedades orgânicas e agroecológicas, pelo PAA.	R\$ 150 milhões

Implementação de infraestrutura de bancos e casas de sementes comunitárias.	R\$ 17,1 milhões
Para compra de alimentos orgânicos e de base agroecológica pelo PAA	R\$ 165 milhões
Apoio à promoção dos produtos orgânicos e agroecológicos.	R\$ 24 milhões
Pesquisa e extensão tecnológica.	R\$ 65 milhões
Total	R\$ 8,8 bilhões

Fonte; PLANAPO, 2013

Os valores são realmente muito atrativos, porém não especifica a inclusão no plano safra 2013/2014. A forma de aplicação destes recursos nem sempre chega às mãos dos agricultores por vários motivos a burocracia, a desinformação e corporativismo influenciam ao acesso as políticas públicas. Este processo se reproduz na agricultura familiar onde temos grandes valores, mas a destinações contribui para um modelo de produção não almejado pela agricultura familiar.

Hoje temos algumas políticas públicas que podem contribuir no processo da segurança alimentar escolar, conhecida como educação alimentar. A Agroecologia traz este debate à tona, mas observa-se que na grande maioria das instituições de ensino tanto fundamental, médio e superior, desconhece ou não participa desta política para a educação alimentar. Neste sentido, a Agroecologia fica apenas para os agricultores com uma concepção de vida diferenciada da grande maioria da população.

4.2 CERTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA.

A certificação consiste em um conjunto de regras e procedimentos abordados na lei 10.831, de 23 de dezembro de 2003 e adotados pelos produtores orgânicos. No Brasil a certificação ocorre de duas formas: por auditoria ou de forma participativa. A certificação participativa é realizada por uma Organização de Controle Social - OCS e pelo Sistema Participativo de Garantia - SPG. A certificação de produtos orgânicos é geralmente apresentada na forma de um selo fixado ou impresso no rótulo ou na embalagem dos produtos e são comercializados em feiras livres, cestas e supermercados (Oliveira & Scivittaro, 2011).

As famílias do Assentamento estão se organizando para acessar a certificação através da OCS, com apoio da Escola Superior Luiz de Queiros (ESALQ). Que desenvolve um trabalho de extensão no Assentamento. As famílias estão sendo beneficiadas com esta certificação, pois de acordo com OCS as famílias não podem ser responsabilizadas pelo seu vizinho. Neste sentido mesmo que a Usina continue jogando veneno e eles não utilizarem e seguirem os critérios da OCS eles terão a certificação da sua produção.

As OCS são baseadas na relação entre produtores e consumidores, ou seja, ambos

assumem o compromisso de fiscalizar, controlar e assim contribuindo no processo de certificação. Não é necessário ter uma empresa jurídica para fazer a certificação participativa, porém é obrigatório que os produtores da OCS façam o seu cadastro no MAPA e possuam a DAP, para poder vender a sua produção direta para o consumidor.

4.3 Políticas Nacionais de Alimentação Escolar – PNAE

O Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE foi implantado em 1955 para garantir por meio da transferência de recursos financeiros para alimentação escolar de toda rede de educação básica governamental. Com o objetivo de suprir as necessidades nutricionais (segurança alimentar) dos alunos, através da merenda escolar e contribuir para o crescimento, desenvolvimento biopsicossocial, aprendizagem e rendimento escolar dos estudantes promovendo uma formação de hábitos alimentares saudáveis (Neto, 2012).

O valor repassado para os municípios é baseado no número de alunos matriculados e assim, o governo federal estipula um valor fixo por aluno. Mas, em escolas indígenas, quilombolas, creches, e escolas em período integral recebem um valor maior, equivalente a um numero superior de refeições por dia. O PNAE é um programa público existente há mais de 50 anos e atualmente, atendendo a mais de 45 milhões de alunos e uma quantia aproximadamente de três bilhões de reais/ano. Porém, a maior parte dos municípios brasileiros utilizava esses recursos para adquirir produtos convencionais. (Triches, 2012).

A aquisição poderá ser realizada dispensando-se o procedimento licitatório, desde que os preços sejam compatíveis com os vigentes no mercado local ou regional, e os alimentos atendam às exigências do controle de qualidade estabelecidas pelas normas sanitárias do MAPA. Porém de acordo com Triches (2012), quando os agricultores têm interesse em vender a sua produção através do PNAE, os municípios têm criado dificuldades que ocasionam frustração aos agricultores no respeito ao cumprimento da lei. E assim, deixando os municípios livre para comercializar com empresas privadas com a venda de produtos para instituições públicas.

Contudo, observamos nas chamadas públicas dos municípios da região sudeste de São Paulo que ocorre uma disputa entre fornecedores, mesmo dentro dos Assentamentos. Com a regra do produto mais barato a disputa cria uma individualização dos Assentados, pois os mesmo fornecem os mesmos produtos, forçando um acordo de entrega á meia e a um preço viável para ambos. Mas, a chamada pública aberta à concorrência com agricultores familiares de outras regiões, que produzem os mesmos alimentos, assim eles tornam concorrentes em ofertar o produto mais barato.

4.4 Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE; Resolução n° 26, de 17/06/2013.

O processo de compra dos produtos da agricultura familiar pelo PNAE ganhou mais detalhamento e clareza. O FNDE publicou no Diário Oficial da União a Resolução n° 26, de 17/06/2013, que dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos de educação básica no âmbito do PNAE e traz as novas regras da aquisição de gêneros alimentícios.

Para os agricultores, esta resolução possui mais clareza com relação aos prazos que as chamadas públicas devem ficar abertas e de fácil acesso à população. Em relação à definição dos preços dos produtos deve constar na chamada pública os custos com transporte e embalagem, além de dar prioridade aos alimentos orgânicos e agroecológicos, que vai ter um acréscimo de 30% do valor dos produtos convencionais e os critérios de priorização de compra. No Art. 29 os preços deverão considerar todos os insumos exigidos na licitação e/ou chamada pública, tais como despesas com frete, embalagens, encargos e quaisquer outros necessários para o fornecimento do produto. O preço de aquisição será o preço médio pesquisado por, no mínimo, três mercados em âmbito local, territorial, estadual ou nacional, nessa ordem, priorizando a feira do produtor da Agricultura Familiar, quando houver. (Brasil, 2013).

Serão priorizados, nesta ordem, os produtos de fornecedores nas chamadas públicas; 1° do município; 2° de Assentamentos de Reforma Agrária, Indígenas e Quilombolas; 3° dos fornecedores de orgânicos ou agroecológicos. 4° dos grupos formais (com DAP jurídica) em relação aos grupos informais e estes em relação aos individuais (DAP física); e 5° das organizações com maior porcentagem de agricultura familiar no seu quadro de sócios. Também está previsto a compra de grupos informais de até 700 mil reais, o que contribui para os grupos de agricultores familiares que ainda não estão organizados para fornecer o seu produto para a alimentação escolar. Esta resolução traz novas expectativas para os agricultores, que mesmo com a lei ainda enfrentam muitas dificuldades para fornecer o seu produto para a merenda escolar.

5. ASSENTAMENTO MILTON SANTOS

O Assentamento Milton Santos se insere num momento histórico, no Brasil no início do século XXI um momento de tensão e de desafios para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST. No seu IV Congresso em 2000 com o lema “Reforma Agrária: por um Brasil sem latifúndio” deu continuidade a luta pela reforma agrária, no estado de São

Paulo. O MST faz uma divisão de regionais e começa o trabalho na região de Campinas uma região urbana, onde Silva (2007) coloca que foi uma estratégia usada para fixar os militantes que passavam por esta região para fazer trabalho de base, porém não se fixava, nesta tinham vários aliados do MST. Sendo necessário um grupo de militantes para continuar o debate da reforma agrária na região, deu início a criação da regional de campinas onde originou o Acampamento Terra Sem Males, posteriormente o Milton Santos.

O Assentamento é fruto da luta do MST na região e foi à segunda ocupação nesta mesma área que teve a sua primeira ocupação segundo Silva (2007) com famílias organizadas pelo MST em 19 de fevereiro de 2004 com o acampamento Terra Sem Males, com aproximadamente 150 famílias.

Figura 1 - Mapa do Assentamento Milton Santos



Fonte: Imagem cedida pela ACOTERRA (2010)

Foi oficialmente iniciado em dezembro de 2005, e hoje dele fazem parte 64 famílias, distribuídas ao longo de uma área de aproximadamente 105 hectares, contendo em média 0,97 hectares para cada família. Sendo duas áreas sociais de um hectare aproximadamente uma no município de Americana a outra no município de Cosmópolis. As famílias estão ilhadas ao meio de uma grande área de monocultura de cana de açúcar pertencente à Usina Ester.

A área onde hoje é o Assentamento era pertencente a famílias Abdala, que por dívidas com a União foi repassada ao INSS, através do Decreto 77.666/1976 em 1976 como forma de pagamento dos impostos. Essa família é uma das maiores latifundiários de terras do estado de São Paulo. A terra era usada irregularmente pela Usina Ester, para a monocultura de cana de açúcar, sendo que a usina não tinha título de propriedade.

O INCRA, propôs assentar cada família com 1 hectare e para suprir a falta de terra, ocorreria um investimento em 20 hectares de irrigação, mas desta promessa veio apenas um recurso de R\$ 6 mil que foi uma parceria entre o INCRA e a COT- Centro Organizativo dos Trabalhadores. O INCRA entrou com o recurso e a Associação Comuna da Terra das Regiões de Amparo, Campinas, Limeira, Mogi Mirim, Piracicaba, Pirassununga, Rio Claro e São João da Boa Vista – ACOTERRA, ficou com a responsabilidade junto às famílias de implementarem uma horta coletiva no Assentamento.

A ACOTERRA também é responsável por cuidar da comercialização da produção dos assentados, que é feito através do PAA na modalidade de Doação Simultânea. Depois de cinco meses da implantação da horta as famílias já estavam colhendo em média 100 caixas de hortaliças por semana. Entre as hortaliças produzidas tinham: alface, couve, rabanete, acelga, repolho, tomate, cenoura, pimentão, rúcula, berinjela, abobrinha, espinafre, cebolinha, salsinha, cebola, pimenta, hortelã, beterraba, quiabo, pepino, mostarda, jiló, entre outras espécies.

Atualmente as famílias estão comercializando de diversas formas, tanto na merenda escolar, PAA Doação Simultânea e também nas feiras, além da venda direta a consumidores nos bairros e supermercados. A Agroecologia está presente hoje na região graças ao trabalho desenvolvido por iniciativas da ACOTERRA e parceiros como a ESALQ⁶, UNICAMP⁷, ITCP⁸, EMBRAPA Meio Ambiente de Jaguariúna – SP e outras entidades parceiras, na discussão de conhecimento agroecológico.

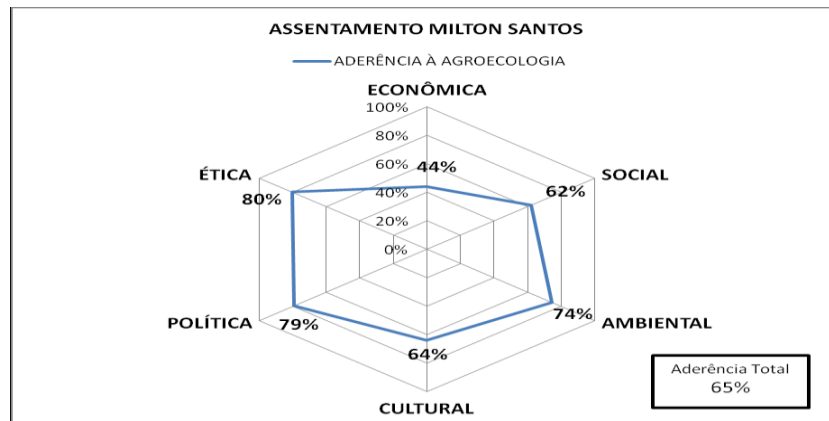
O Assentamento sendo localizado em uma região próxima dos grandes centros urbanos é referência na produção e muito utilizada pelas universidades como campo para desenvolvimento de pesquisa. Segundo Borsatto (2011) na sua pesquisa o Assentamento apresentou uma aderência à Agroecologia de 65%, classificando o na faixa de Moderada Aderência à Agroecologia.

FIGURA 2 – Gráfico da aderência à Agroecologia no Assentamento Milton Santos, 2011

⁶ Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiros.

⁷ Universidade de Campinas.

⁸ Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares.



FONTE: Borsatto, (2011)

Onde antes havia só cana de açúcar atualmente existem mais de 40 variedades de produtos. O Assentamento produz cerca de trinta toneladas de alimentos por mês, fornecendo para alimentação escolar de Cosmópolis e entidades assistenciais de Campinas, Sumaré, Limeira, Cosmópolis e Americana que recebem semanalmente de forma gratuita a produção do Assentamento através do PAA em parceria com a Companhia Nacional de Alimentos (CONAB).

6. METODOLOGIA

O Assentamento Milton Santos, situado entre os municípios de Americana e Cosmópolis-SP, sendo lotado no município de Americana na Região Sudeste do Estado de São Paulo com Latitude: 22° 44' 21" S e Longitude: 47° 19' 53" W na Altitude: 545m. O Município está localizado entre uma região montanhosa e seu bioma está em uma transição entre o resquício de Mata atlântica e Cerrado. O solo varia de latossolos vermelhos a amarelos, próprios para culturas mecanizáveis e ainda solos prodozolizados arenosos, próprios às pastagens e culturas ocasionais. O clima é tropical de altitude com diminuição de chuvas no inverno e temperatura média anual de 21,6° C, tendo invernos secos e amenos (raramente frios de forma demasiada) e verões chuvosos com temperaturas moderadas a quente.

Esta pesquisa é fruto de um período que vai do final de 2008 e 2009. Retornando em 2011 a 2013 no Assentamento junto com as famílias assentadas, trabalhando como colaborador junto à associação com participação na assistência da produção e comercialização dos produtos do Assentamento. Adotamos a metodologia de pesquisa qualitativa, Gil (2009) nos estudos de caso os dados podem ser obtidos mediante análise de documentos, entrevistas, depoimentos pessoais, observação espontânea, observação participante e análise de artefatos físicos.

Segundo (Freire, 1998) a pesquisa não significa fazer “uma metafísica da metafísica” devemos compreender como as ideias se concretizam na mente e na ação. Para se entender como os assentados viam as políticas públicas, optou-se por entrevistar 100% das famílias do Assentamento. Porém a pesquisa foi realizada com a aplicação de questionário com 47 famílias, representando 73,4% do total das famílias que residem no Assentamento. Não foi possível a aplicação do questionário com todas as famílias, quando foi realizada a aplicação dos questionários, estas famílias não se encontravam no Assentamento.

Foi também realizado um acompanhamento junto à ACOTERRA, com coleta dos dados da associação e participação em reuniões dos assentados, para entender a dinâmica dos assentados e as demandas, sendo que parte dos dados coletados é a base de dados da associação e reflexões coletivas nas assembleias. Além disso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica para compreender as políticas e como teriam surgido e quais seriam suas finalidades.

O fato dos pesquisadores residirem no Assentamento permitiu participar ativamente das demandas e conquistas dos assentados, fazendo um acompanhamento de mais de 3 anos, junto com a associação, trabalhando para melhoras, em busca de mudanças significativas, para a vida das famílias. O trabalho de reunião e parcerias com as prefeituras até a elaboração dos projetos para venda no PAA e também da merenda escolar permitiu que os pesquisadores tivessem uma formação nestas políticas para trabalhar com elas no Assentamento.

7. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em uma pesquisa sócia econômica realizada pelos estudantes da ESALQ em parceria com a ACOTERRA mostra que em 2011 moravam no Assentamento 64 famílias somando 181 pessoas, sendo que delas, apenas 35% das pessoas declaram viver da renda vinda do lote o restante tem outras atividades além da agricultura ou ate mesmo não trabalha no lote, que é o caso de muitos dos filhos que só moram aqui no Assentamento mas tem emprego fora. Esses números mostram que falta muita coisa ainda para o Assentamento se consolidar e as famílias conseguirem sobreviver em cima do lote.

Atualmente são cerca de 150 caixas de produtos produzidos por 75 assentados que saem semanalmente dos Assentamentos Milton Santos e Elizabete Teixeira, sendo distribuídos em 25 pontos de entrega, beneficiando 15 entidades em 5 municípios da região (Campinas, Americana, Limeira, Sumaré e Cosmópolis). As famílias fornecem alimentos para o PAA desde o 2008 e entregam em média 300 toneladas por ano, com mais de 40 itens diferentes de produtos. Há também outros produtos comercializados fora do PAA como

galinha, porco, leite e gado de corte em pequenas quantidades.

Apesar de toda sua estrutura e organização consolidada e reconhecida, em julho de 2012, uma notícia tirou o sono das famílias do Assentamento. Foi concedida uma liminar de despejo para o Assentamento Milton Santos sob a alegação de que a família Abdalla havia recuperado na justiça a posse da área do Sítio Boa Vista, onde está localizado o Assentamento. A família Abdala entrou na justiça solicitando a posse da área de volta alegando que o patrimônio arrecadado era maior que a dívida. A partir daí o juiz emitiu uma liminar de despejo para o INCRA, órgão responsável pela área. A liminar era para 30 dias, depois prorrogada para mais 90 dias, somando 120 dias a partir de 04 de julho de 2012. As famílias então começaram um processo de resistência e luta contra o despejo e depois de várias reuniões e acordos não cumpridos tanto na esfera estadual como federal, eles decidiram que a luta seria a única chance que eles tinham para não sair das suas casas.

As famílias junto com organizações e entidades parceiras elaboraram um dossiê com vários documentos denunciando a grilagem de terras na região. Com assembleias abertas ao público e com os representantes do INCRA e da Presidência da República declararam que não sairiam do Assentamento. Se a usina quisesse plantar cana nesta área seria em “cima dos corpos dos assentados” e que eles estariam dispostos a lutar pelos seus direitos e pelo dever do Estado.

Em dezembro de 2012, as famílias intensificaram a luta contra o despejo, ocuparam o escritório da presidente Dilma na Avenida Paulista na capital do Estado. E também ocuparam o INCRA por 3 dias e fizeram passeatas na capital e em Americana. No dia 20 de dezembro, as famílias ocuparam a Anhanguera uma das principais rodovias do Estado, solicitando que a presidente assinasse a Desapropriação por Interesse Social, entendendo que seria a única medida a permitir a permanência das famílias.

As famílias permanecem em luta e no início do ano 2013 se somaram à luta do Milton Santos centenas de pessoas de diversas organizações sociais. Como igrejas, estudantes intelectuais de várias Universidades, movimentos sociais do Brasil e de outros países se solidarizaram com a luta das famílias, com medo de que fosse acontecer um novo massacre contra o povo igual ao massacre do Pinheirinho em São José dos Campos/SP, ocorrido em janeiro de 2012.

As famílias ficaram então acampadas no INCRA, fizeram uma ocupação no Instituto Lula como forma de divulgar a injustiça que estava sendo feita com as famílias. E a Campanha “Somos Todos Assentamento Milton Santos” funcionou, pois a juíza emitiu uma suspensão da liminar de despejo até que fossem julgados os processos da área. Alegando a

urgência extremada do provimento jurisdicional, e considerando a situação fática atual (Assentamento consolidado há mais de 6 anos), fatos novos, ainda não submetidos formalmente ao crivo da E. 5ª Turma deferiu o pedido liminar em cautelar para o sobrestamento da ação de reintegração de posse até o pronunciamento do órgão colegiado, e por consequência, determinou o recolhimento provisório do mandado de reintegração de posse expedido em primeiro grau. (Juíza Federal Louise Filgueira, 2013).

As entrevistas deste trabalho foram realizadas alguns meses depois do processo. Sendo que as famílias ainda não tinham voltado ao seu ritmo de trabalho igual ao que era antes deste processo. Os entrevistados foram questionados sobre qual foi a motivação para eles ir para o acampamento. Sendo que 19,1% responderam que estavam em busca de um lugar para morar, 31,9% precisavam de um lugar para plantar e colher o seu alimento, 12,8% encarou como uma oportunidade de mudar de vida, 10,6% foram em busca de realizar o sonho de ter uma terra para trabalhar e 25,5% queria retornar para o campo. Podemos observar também que apenas 10,6% já tinham participado de movimentos sociais antes de vim para o acampamento e 89,4% ainda não tinham experiência em movimentos sociais.

Neste sentido questionamos também quais as atividades que eram desenvolvidas antes do acampamento e observamos que a grande maioria não veio da atividade agrícola. Podemos observar que são muitas as profissões mais entre elas o que se destaca as atividades ligadas ao campo como os cortadores de cana, os boia fria e os trabalhadores que trabalhavam na roça somam junto 27,6%, porém e a as domésticas que tem mais com 12,6% do total dos entrevistados.

Quando se realizou a pesquisa, pretendia-se identificar qual seria a visão dos Assentados sobre os alimentos que eles consomem e fornecem para a alimentação escolar e o PAA. Os resultados mostram que eles partem de uma visão primordial da produção para a subsistência. Durante a aplicação do questionário eles lembraram que antes de morarem no Assentamento consumiam os alimentos que eram ofertados no mercado sendo que 85% consideraram a sua alimentação ruim antes do Assentamento eles não tinham opção de acesso a um alimento sem o uso de insumos químicos. Um pequeno grupo correspondente a 10,6% respondeu que a sua alimentação era normal e 4,3% responderam que a sua alimentação era razoável. Agora como eles são os produtores dos alimentos conseguem produzir e consumir um alimento saudável sem o uso de insumos químicos, trazendo mais alimentos e diversificação de alimentos para a sua alimentação, tendo uma alimentação mais balanceada, consumindo frutas in natura, legumes e verduras diretos da roça. Todos destacam que a sua alimentação aumentou muito em quantidade e qualidade, pois eles são os produtores.

Analisando a importância das políticas públicas para os assentados, entendemos que ela serve de incentivo para produzirem com a segurança de terem um lugar certo para vender. Produzirem alimento sem o uso de veneno, pois o que produzem não serve apenas para venda do excedente, mas também para consumo. Relataram também que é as famílias que tem dificuldade em se adequar para fornecer um alimento com as especificidades solicitadas pelos municípios. Observamos que os municípios preferem um alimento mais barato e maior não optando por adquirir um alimento natural na sua grande maioria para fornecer para as crianças. Estão acostumados a utilizar os produtos do modelo convencional de produção.

A rejeição pelos produtos dos assentados é grande, mesmo quando superado isso pelos órgãos responsáveis pela compra ainda tem as pessoas que recebem os alimentos que preferem o produto convencional. Um exemplo relatado foi o caso dos responsáveis por receber a produção terem alegado que o pé de alface deveria ser do tamanho do vendido no CEASA. O mesmo que eles recebiam antes, pois eles têm que desperdiçar mais tempo para lavar 2 ou 3 pés de alfaces do Assentamento para alcançar a mesma quantidade de um pé de alface convencional, dando para alimentar várias crianças. Mesmo admitindo que o produto não tivesse veneno e era melhor para consumir, foi alegado falta de tempo para preparar esses alimentos para o consumo dos alunos.

Os assentados relataram ter tido problemas também com a entrega de mandioca. Eles fizeram um investimento maior do que o valor que estava estabelecido para entregar na alimentação escolar, esperando que continuassem entregando para o município de Cosmópolis, e em outros municípios vizinhos. Para eles, já havia um acordo firmado com a Secretaria de Educação para que na chamada pública atendesse a demanda dos assentados, fato esse que não aconteceu.

No ano de 2013 até o mês de setembro ainda nenhum município havia realizado a chamada pública na região na qual a produção do Assentamento fosse contemplada. O município de Americana realizou a chamada pública em Agosto de 2013, para compra de 50.000 litros de suco de uva tinto integral embalagem primária de 3 litros, sem adição de conservantes ou açúcares. Embalagem primária: bag in box de 3 litros. E em setembro de 2013 uma chamada pública para aquisição de 110.000 litros de Iogurte com polpa de fruta, a base de leite, em embalagem primária, atóxica, de polietileno de 1000gr. (Prefeitura M. Americana 2013).

Já o município de Limeira realizou em março de 2013 uma chamada pública para aquisição de 221.866 litros Suco de laranja integral pasteurizado.

De acordo com o entrevistado N., o melhor do programa seria “fornecer um alimento

mais saudável para as crianças”, colocando que os maiores beneficiados são os alunos consumidores, que passam a receber um alimento sem o uso de insumos químicos. Porém, enfrentam algumas dificuldades como a burocracia dos trâmites das chamadas públicas e a organização dos agricultores, para atender a formalização exigida pelas prefeituras.

Observamos que no Assentamento existe duas associações, porém apenas 46,8% está vinculado a alguma associação e 53,2% não pertence a nenhuma associação ou cooperativa. Com relação à importância destas políticas públicas para os assentados, todos colocaram que é de suma importância, garantir a venda de seus produtos, aumentando a sua renda, melhorando significativamente a sua vida. Quando foram questionados quais são as dificuldades encontradas para comercializar a sua produção 25,5% responderam que não tem dificuldade para vender a sua produção eles conseguem vender na porta da sua casa. E tudo o que eles produzem eles conseguem comercializar. No entanto encontramos também 31,9% relatou que a falta de infraestrutura é de suma importância para resolver o problema da comercialização, 42,6% respondeu que é necessário mais créditos e investimento buscando ter mais condições para garantir um produto de qualidade e infraestrutura para comercializar. Questionamos também quais as formas possíveis para resolver o problema da comercialização; 74,5% responderam que é preciso fazer investimentos em infraestrutura, 21,3% acha que a saída é criar uma cooperativa para comercializar a produção e 12,8% acredita que todo mundo deve se organizar para cobrar os seus direitos. E através das políticas de incentivos do governo é possível resolver o problema.

As políticas como o PAA e PNAE garante uma renda mensal ou então, conforme o combinado com os agentes responsáveis pelo pagamento da sua produção. No caso de Cosmópolis, o prazo de pagamento era a cada 30 dias. Os entrevistados foram questionados se estão satisfeitos com os preços que eles recebem pelos seus produtos; 40,4% responderam que sim e 59,6% respondeu que não, alegando que os preços pago pelo PAA é muito barato e demora para receber. Criando um transtorno para os assentados que não podem contar com este recurso para pagar as suas contas, pois não tem uma data certa para eles receber, de uma forma geral demora no mínimo 30 dias, porém já teve caso de assentados ficarem 6 meses ou mais sem receber. Podemos observar que mesmo com este problema de preço baixo e demorar para receber ainda todos os entrevistados fornecem para o PAA, mas também buscam outras formas de comercialização.

Um ponto importante a considerarmos que das famílias entrevistadas apenas 31,9% já acessaram créditos para investimentos no seu lote, na modalidade do Pronaf A. investimento, onde investiram em irrigação e infraestrutura no lote e 68,1% não tiveram acesso a crédito

para investir no lote. Os entrevistados quando foram questionadas como consideravam a sua produção, 74,5% responderam que consideravam como orgânica, mas não teria como ser 100% orgânica e nem agroecológica, devido ao uso intenso de veneno que a usina passa na cana e na soja e 25,5% responderam que a sua produção era saudável. Porém ninguém se identificou sendo Agroecológico.

Verificou-se que dos entrevistados apenas 6,4% já tinha ouvido falar da política de Agroecologia. Porém eles não responderam sobre a avaliação da PNAP e 93,6%, não sabiam que existia esta política, o que eles sabiam era de Agroecologia, por isso que na avaliação deles a produção deles é orgânica ou saudável. Quando foram questionados se conheciam a Agroecologia 95,7% responderam que sim. Com isso eles alegam que vai ser difícil a produção deles ser totalmente Agroecológica limpa de insumos químicos, por causa da Usina que utiliza avião para pulverizar a plantação, passando por cima do Assentamento que é muito pequeno em relação a imensidão verde de cana que a Usina planta.

Os entrevistados também foram questionados sobre a diferença de uma produção convencional, orgânica e Agroecologia. Porém podemos observar que existem poucas informação sobre esta diferenciação para os entrevistados que só responderam a diferença de produção convencional e orgânica eles não fizeram referencia a produção Agroecologia. Sendo 6,4% não souberam responder, 74,5% respondeu que a convencional faz mal para nós e o ambiente e 19,1% responderam que é mais cara e prejudica a saúde, polui o meio ambiente e mata tudo com o passar do tempo. Já a produção orgânica 83% responderam que a produção orgânica não usa veneno e os alimentos é mais gostoso e 10,6% responderam que é mais barato e saudável.

A ACOTERRA vem trabalhando com os assentados através de capacitação em Agroecologia desde 2008, quando deu início a implantação de uma horta coletiva de uma área de um hectare com apoio de um técnico agrícola. Este trabalho se somou com o apoio posterior em 2010 do Núcleo de Agroecologia da ESALQ. E em 2012, com uma parceria da EMBRAPA - Meio Ambiente, e o Assentamento passou a ser uma unidade de referência em Agroecologia do leste paulista do estado.

Contudo os entrevistados ressaltaram a importância do trabalho realizado pelo MST e pela ACOTERRA. Desde o momento em que chegaram à terra teria havido um processo de orientação e formação sobre a produção dos alimentos, garantindo que os mesmos passassem a produzir sem o uso de insumos químicos, para garantir uma alimentação saudável e de qualidade para a saúde da suas famílias, pois produzem primeiro para o consumo e o restante para a comercialização. As famílias trabalham de forma individual usando a estrutura

coletiva, sendo que cada família tem em média 320 m² para plantar. Eles contam com uma roda d' água que joga água em uma caixa d' água e depois vem por gravidade até a horta que ainda está em situação precária, como falta de água, irrigação manual entre outras questões.

Outra questão que vem sendo discutida no Assentamento é a aquisição da certificação orgânica, visto que a produção da grande maioria dos assentados não utiliza insumos químicos, mas mesmo com a parceria com o núcleo de Agroecologia da ESALQ e a EMBRAPA, não foi possível conseguir o registro de produção orgânica. Devido ao intenso uso de herbicidas e inseticidas químicos utilizados pela Usina Ester, que não respeita a vida dos moradores do Assentamento e das comunidades vizinha. A utilização de aviões para pulverizar a cana e soja, os assentados não conseguem suportar o cheiro de agrotóxico no ar, que chega até suas casas e plantações. No entanto a ESALQ neste ultimo período vem fazendo uma discussão com as famílias para elas se adequarem para recebem a certificação através da OCS.

Durante a pesquisa podemos observar que 100% dos entrevistados gostariam de receber a certificação de produtor orgânico. Todos eles estão de acordo em se adequar as normais para receber a certificação, porém somente 8,5% alegaram que sabem quais são as exigências para receber a certificação e 91,5% não sabem, mas se propõem a se adequar para ser certificado.

Houve vários debates entre os assentados e coordenação do Assentamento em assembleias para ser discutido o uso de insumos químicos. Eles têm muitas dificuldades para produzir sem veneno e ainda o seu produto não tem valor e nem é reconhecido como orgânico, alguns alegam que não tem por que eles continuarem produzindo desta forma para o mercado.

Com muito diálogo e formação, a grande maioria dos assentados compreendeu que o uso de insumos químicos não traz ganhos reais para a sua família. Tanto em lucro como em saúde, sendo muito melhor gastarem mais mão de obra, mas terem um alimento limpo de agrotóxico, do que utilizarem de insumos químicos, pois estariam reproduzindo o mesmo modelo da Usina. Além disso, os assentados encontrariam na produção orgânica um meio de fazer um enfrentamento a esse sistema que polui e destrói a vida humana e da natureza.

Mesmo assim encontramos casos como o entrevistado G. que diz que foi obrigado a usar venenos, porque seu lote fica na divisa com a plantação de cana, pois houve uma infestação de cobras que entravam na sua casa. Mesmo assim, ele entende que a sua produção devido a isso, não pode ser orgânica e nem agroecológica, mas ele a considera saudável, alegando que não utiliza insumos químicos na produção, e só teria usado o veneno em volta

da casa, onde ele não conseguiu controlar o mato.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As famílias do Assentamento Milton Santos são guerreiras, pois demonstraram mais uma vez o poder que o povo tem se lutar juntos pelos seus direitos. Neste último período o Assentamento tem demonstrado muita força, resistência e luta para permanecer na terra contra o despejo, e continuam em luta, pois a Presidente da República ainda não assinou a Desapropriação por interesse social. Contudo, é hoje uma das unidades de referência em Agroecologia do leste Paulista, onde o Assentamento junto com a EMBRAPA, ESALQ e ACOTERRA, desenvolvem trabalhos em Agroecologia, com o objetivo de potencializar os trabalhos que já existem no Assentamento, abrindo novas possibilidades para as famílias do Assentamento.

Podemos observar que na grande maioria eles produzem por opção um produto sem o uso de insumos químicos, porque é uma forma de diminuir os gastos com a produção, podendo ofertar um produto saudável e acessível à população. Desde que não entre como nicho de mercado, ofertando este produto apenas para consumidores da classe média a alta que tem condições de comprar um produto caro, deixando para a maioria da população que está refém do consumo de alimentos produzidos pelo agronegócio, um alimento produzido com agrotóxicos. O Agronegócio tem para ofertar um produto transgênico a um preço menor, mas não barato, é assim que milhões de pessoas da classe trabalhadora têm acesso aos alimentos, ficando refém das grandes corporações que não se importam com a saúde humana, com o ambiente e acumulam grandes riquezas.

Temos hoje várias políticas que se saíssem do papel e fossem implementadas na sua essência levariam uma mudança considerável no país, tanto no campo quanto na cidade, por isso devemos continuar lutando para que os nossos direitos sejam atendidos. Não basta ter uma política pública voltada para a agricultura familiar, ela precisa ser implementada.

Podemos observar que as famílias participam de algumas políticas públicas, mas a grande maioria delas não sabe como funciona, nem para que servem, nem que existe. Como é o caso da PNAPO, um política de Agroecologia onde o Assentamento é referência, os mesmo não se identificam como sendo produtores Agroecológicos. E sobre o PNAE, eles já participaram de chamadas públicas, forneceram alimentos para a alimentação escolar, mas nunca participaram de todo o processo sozinho, pois sempre a ACOTERRA estava presente, dando suporte técnico nos trâmites burocráticos e negociações para que os municípios incluíssem os produtos do Assentamento. Podemos refletir que esse ponto é uma das causas

das famílias mesmo participando do processo não conseguem avaliar a política com mais propriedade.

Identificamos que os entrevistados declaram que todos eles produzem um alimento saudável, pois eles não tinham acesso ao alimento saudável quando moravam na cidade e hoje é possível eles consumirem um alimento sem o uso de insumos químicos. Por isso, eles produzem primeiro para o consumo e o excedente eles fornecem para o PAA e PNAE e comércio local.

Avaliamos que as políticas são de suma importância para os assentados sendo que eles hoje na grande maioria são dependentes de políticas para venderem os seus produtos. Tendo como pontos positivos a garantia da venda e uma renda para a família. Pontos negativos foram colocados a burocracia para acessar as políticas públicas, preço baixo, atrasos no pagamento e o fato dos municípios não atenderem a Lei Nº. 11 947/2009 do PNAE, não incluindo os produtos da agricultura familiar do município, na chamada pública.

Acredito que a Agroecologia está presente no Assentamento, mesmo sabendo que as famílias preferem chamar a sua produção de produção orgânica, por causa da quantidade de agrotóxicos utilizados pela Usina Ester. A Agroecologia está presente com este povo que luta para permanecer na terra e dela tirar o seu sustento, cuidando, protegendo e alimentando a esperança de um modelo de produção mais justo, saudável para o ambiente. Os alimentos saudáveis têm que ser para todos, não para quem tem dinheiro e pode comprar por um preço alto.

A Agroecologia é vida! E as famílias do Milton Santos transformaram um lugar onde só tinha cana e passaram a produzir alimento, pois “Nois tamo pondo alimento na mesa para Usina eles ponham cana! Você põe cana na mesa para o seu filho? Pró seu filho come cana? Não! A minha família come verdura, come arroz, feijão, come abóbora, mandioca, não cana”. (Agricultora do Assentamento Milton Santos).

9. REFERENCIAS

ALTIERI, M., **Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável**. 5.ed. Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2004. 120p.

ANA - Articulação Nacional de Agroecologia; In: <http://www.>

Agroecologia.org.br/index.php/publicacoes/publicacoes-da-ana/publicacoes-da-ana/carta-politica-do-encontro-nacional-de-dialogos-e-convergencias/detail, acessado em 02/05/ 2013.

ASSIS, R. L.; **Agroecologia: Visão Histórica e Perspectiva no Brasil**. p. 173-184. In: **Agroecologia Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável/ O por** AQUINO, A. M; ASSIS, R L. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológica, 2005. 517p.

BRASIL, **Lei Nº 10.831**, de 23 Dezembro de 2003. **Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.**; http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.831.htm, acessado em 12/12/2012.

BRASIL, **Decreto nº 7.794**, de 20 de agosto de 2012. **Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PNAPO.**; Diário Oficial da União, nº 475 Brasília, DF, 21 de agosto de 2012. 6p.

BRASIL, **Lei Nº. 11 947**, de 16 de junho de 2009. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 de junho de 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Controle social na venda direta o consumidor de produtos orgânicos sem certificação /** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo. – Brasília: Mapa/ACS, 2008. 24 p.

BORSATTO, R.S. **A Agroecologia e sua apropriação pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e assentados da reforma agrária.** Campinas-SP, 2011. 298f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) Universidade estadual de Campinas.

CANUTO, J C., **Mitos sobre Agroecologia/** Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia Fortaleza/CE – 12 a 16/12/2011. 5p.

CAPORAL, F R. & AZEVEDO, E O., **Perspectivas da Agroecologia-In:** <http://wp.ufpel.edu.br/consagro/files/2012/03/CAPORAL-Francisco-Roberto-AZEVEDO-Edisio-Oliveira-de-Princ%3%ADpios-e-Perspectivas-da-Agroecologia.pdf>, acessado em 29 Abril 2013. 192p.

OLIVEIRA, R. P. & SCIVITTARO, W. B., EMBRAPA, Clima temperado. **Certificação de Produção Orgânica.** In: Sistemas de Produção 20. ISSN 1806-9207 Versão Eletrônica. Dezembro de 2011.

FREIRE, P., **Por uma Pedagogia da Pergunta.** FREIRE, P. & FAUNDES, A. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. (Coleção Educação e Comunicação: V15) 84p.

FNDE, Resolução Nº 26, de 17 de junho de 2013. **Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE.** Diário Oficial da União Nº 115, Brasília, DF, 18 de junho de 2013. 6p.

GIL, A. C., **Como elaborar Projetos de Pesquisas social**. 4º ed. 12. Reimpr. São Paulo-SP: Atlas, 2009. 175p.

GLIESSMAN, S. R., **Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável**. 3ª ed. – Porto Alegre-RS: Editora da UFRGS, 2005. 653p.

JESUS, E L.; **Diferentes Abordagens de Agricultura Não-Convencional: História e Filosofia**. P. 21- 48. In: **Agroecologia Princípios e Técnicas para uma Agricultura Orgânica Sustentável**. O. por AQUINO, A. M; ASSIS, R L. Brasília, DF: Embrapa Informações Tecnológica, 2005. 517p.

MDA, Ministério de Desenvolvimento Agrário; **Cartilha Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica-PLANPO**: Brasília/DF, 2013. 8p.

MPA. <http://www.mpabrazil.org.br/noticias/politica-nacional-de-agroecologia-e-avaliada-como-timida>, acessado em 02/05/2013.

MOREIRA, R. J., **Agricultura familiar: processos sociais e competitividade**. Seropédica-RJ: UFRRJ, Curso de Pós Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, 1999. 204p.

NETO, G. P. L., auditor Chefe FNDE. **1º Fórum Agricultura Familiar e sociobiodiversidade**. 21 a 23 março- Recife-PE 2012. In: http://www.ispn.org.br/arquivos/Apresenta%C3%A7%C3%A3o_auditor_FNDE.pdf acessado em 26/03/13. 23p.

PRIMAVESI, A., **Agroecologia: Ecosfera, Tecnosfera e Agricultura**. São Paulo-SP: Nobel, 1997.199p.

SALIM, A., **Pré-Assentamento comuna da terra Milton Santos: história de vida, história de luta**. Campinas-SP, 2007. 80f. TCC (Curso de Geografia com ênfase em Gestão Ambiental e Territorial - Bacharelado e Licenciatura). PUC-Campinas.

SILVA, L. H., **Práticas organizativas do MST e relações de poder em acampamento/Assentamentos do estado de São Paulo**. São Carlos-SP: UFSCar, 2009. 212f. Tese (Doutorado) Universidade Federal de São Carlos.

TRICHES, R.M; & SCHNEIDER, S. **Desestruturar para construir: interfaces para agricultura familiar acessar o Programa de Alimentação Escolar**. *Revista Estudos Sociedade e Agricultura (UFRJ)*, Rio de Janeiro-RJ, V. 1, p. 66-106, 2012.